

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Altemir Luiz Vettorello

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO
EM CRISSIUMAL-RS**

Três Passos, RS.
2018

Altemir Luiz Vettorello

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO EM
CRISSIUMAL-RS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional.**

Orientadora: Fabiana Regina da Silva

Três Passos, RS.
2018

Altemir Luiz Vettorello

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO EM
CRISSIUMAL-RS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão
Educativa (EaD) da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do
título de **Especialista em Gestão
Educativa**.

Aprovado em: 29 de Junho de 2018

Fabiana Regina da Silva, Me. (UFSM)
(Presidente/orientadora)

Bruna Dalcin Gattiboni, Me. (UFSM)

Marlize Dressler, Me. (UFSM)

Três Passos, RS.
2018

RESUMO

EDUCAÇÃO DO CAMPO: O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO

AUTOR: ALTEMIR LUIZ VETTORELLO
ORIENTADORA: FABIANA REGINA DA SILVA

A educação do campo em muitos casos e em diferentes contextos brasileiros vem sendo tratada de maneira generalizante, sem considerações em relação às suas especificidades, porém, ela precisa receber um olhar diferenciado e sem (pré) conceitos e emergir suas práticas a partir de um Projeto Político Pedagógico específico para cada comunidade e realidade como destaca a LDBEN 9394/96. Tendo como tema de pesquisa a Educação do Campo, buscamos refletir sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião, situada na localidade de São Sebastião Crissiumal, região noroeste do Rio Grande do Sul, efetivado pela Gestão Escolar e a adequação deste projeto à educação do campo. Para tanto, realizamos um estudo sobre a realidade do Projeto Político Pedagógico a efetividade da Gestão Escolar em relação ao projeto e a discussão sobre a educação do campo a fim de atender a problematização. Esta pesquisa parte de um estudo de caso de abordagem qualitativa. Os dados foram analisados através da Análise de Conteúdo. Após a análise, realizada com o documento em mãos, desde a introdução até a conclusão, percebeu-se que o projeto em questão está fora de contexto, construído por ciclos de formação no ano de 2011, e a escola trabalha de forma seriada. Sua organização está em desacordo às especificidades da escola e a avaliação está em desalinhamento com o currículo em desenvolvimento. Por fim, a pesquisa possibilitou constatar sobre a importância da instituição escolar possuir um Projeto Político Pedagógico adequado à realidade na qual está trabalhando e com a singularidade onde a comunidade escolar esteja inserida oportunizando assim um vínculo mais próximo entre escola e comunidade escolar, pois estes estarão identificados através dos mesmos objetivos.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico. Educação do Campo. Gestão Escolar.

ABSTRACT

EDUCATION OF THE FIELD: THE PEDAGOGICAL POLITICAL PROJECT IN THE STATE SCHOOL OF FUNDAMENTAL EDUCATION IS SEBASTIAN

AUTHOR: ALTEMIR LUIZ VETTORELLO
ORIENTADORA: FABIANA REGINA DA SILVA

The education of the field in many cases and in different Brazilian contexts has been treated in a generalizing manner, without considering its specifics, however, it needs to receive a different look and without (pre) concepts and to emerge its practices from a Project Political Specific Pedagogical for each community and reality as outlined in LDBEN 9394/96. Having as a research theme the Field Education, we sought to reflect on the Political Pedagogical Project of the State School of Primary Education in São Sebastião, located in the locality of São Sebastião Crissiumal, northwest region of Rio Grande do Sul, implemented by School Management and the adequacy of this project to field education. Therefore, we conducted a study on the reality of the Pedagogical Political Project the effectiveness of School Management in relation to the project and the discussion about the education of the field in order to attend to the problematization. This research starts from a qualitative approach case study. Data were analyzed through Content Analysis. After being analyzed, with the document in hand, from the introduction to the conclusion, it was noticed that the project in question is out of context, built by training cycles in the year 2011, and the school works in serial form. Your organization is at odds with the specifics of the school and the assessment is disregarding the curriculum in development. Finally, the research made it possible to verify the importance of the school institution to have a Pedagogical Political Project appropriate to the reality in which it is working and with the singularity where the school community is inserted, thus providing a closer link between school and the school community, identified with the same objectives.

Key-words: Pedagogical Political Project. Field Education. School management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE/CEB – Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica

CPERS – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

LDB – Leis, Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN – Leis, Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PEATE – Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar

PNATE – Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA	13
1.2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA	15
2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO, CRISSIUMAL RS.....	17
2.1 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR: QUESTÕES DECISIVAS PARA A ESCOLA E A EDUCAÇÃO	20
2.2 O PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, CONSTRUIDO NO ANO DE 2011	23
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

1. INTRODUÇÃO

A população que vive no campo tem direito a uma educação diferenciada daquela oferecida a quem vive nas cidades, mas nunca com menos qualidade, tendo em vista o fato de que cada escola tenha respeitada as suas particularidades, e que o significado de cada comunidade escolar, seja vivenciado pela cultura do povo que ali vive.

Neste sentido, vale destacar a necessidade de que o campo seja compreendido como espaço carregado de significações, por se constituir a partir de uma cultura materializada por homens, mulheres, crianças e adolescentes, cujas percepções encontram-se vinculadas à vida com a terra (PASTORIO, 2015 p.16).

Para atender a essas especificidades e oferecer uma educação de qualidade, adequada ao modo de viver, pensar e produzir da população da comunidade faz-se necessário avaliar se o projeto político pedagógico da escola situada no campo está adequado aos anseios da comunidade escolar, considerando seus costumes, seu jeito de ser, enfim, sua identidade própria.

Cada sociedade, através de sua história, constrói seus costumes, sua forma de viver, ou seja, sua cultura, que dá identidade a uma sociedade local consciente das semelhanças culturais existentes entre os seus membros. Quando a sociedade perde esta consciência cultural, perde também sua identidade cultural. (SILVA, 2003, p.37).

No intuito de ser atento a estas questões o Projeto Político Pedagógico precisa ser pensado e construído de acordo com a realidade dos sujeitos que vivem na comunidade onde a escola está inserida. Se todas as escolas tem um Projeto padronizado, não faz sentido pensar em especificidade. Para Marcoccia:

O projeto político pedagógico constitui a identidade da escola. Apresenta as metas, o histórico da comunidade e sua filosofia. Ele não deve ser entendido como um documento técnico, mas como um processo de construção que é organizado por sujeitos e que ao mesmo tempo traz a identidade desses sujeitos para que possa ser problematizada na prática pedagógica, nos processos de gestão e na relação com a comunidade. (MARCOCCIA, 2011, p.02).

Sem esse entendimento, o projeto não atenderá as expectativas da comunidade que se sentirá desprestigiada, e tenderá a não valorizar a escola, do modo como à escola gostaria de se sentir, pois o projeto político pedagógico não atende aos anseios, ficando distante da realidade e dos objetivos que a população local almeja. Conforme Marcoccia:

A educação construída em cada instituição de ensino seja no campo ou na cidade deve refletir e construir uma proposta educacional direcionada especificamente ao perfil da população que reside naquele espaço, constituindo metodologias que visam à valorização e o reconhecimento da vida que levam neste ambiente. (MARCOCCIA, 2011, p.01).

Então nesse sentido, faz-se necessário sempre valorizar as identidades culturais locais, sem jamais se esquecer de levar em conta a cultura mundial a fim de conectá-los no contexto global. Reforço minhas palavras com o dizer de Martins (2012, p.10) onde menciona que:

O projeto político pedagógico é um documento norteador da prática pedagógica e da gestão, o qual necessita expressar um vínculo estreito com a identidade sociocultural dos sujeitos e, com isso, assegurar seu reconhecimento e valorização no espaço escolar. Analisando o contexto rural brasileiro, verificamos que muitas escolas localizadas no campo não têm problematizado no seu projeto político pedagógico (PPP) a identidade, a cultura e o trabalho dos povos do campo a luz dos princípios da educação do campo e dos movimentos sociais. As comunidades do campo apresentam singularidades. A principal é que a escola, além de uma instituição educativa, é também um “símbolo cultural”, uma instituição de convergência na vida comunitária, que, ao contrário dos conglomerados urbanos, mantém elementos de coletividade, estreitos laços de solidariedade e participação, que podem solidificar o processo de gestão, a democratização da gestão escola reside também em ações emanadas da própria prática escolar pautadas por necessidade de contribuição para com a realidade camponesa (MARTINS, 2012, p.10).

É a singularidade de cada comunidade que precisa ser respeitada. Toda comunidade tem a sua especificidade. É fundamental que se construa o Projeto Político Pedagógico de acordo com os anseios e a realidade deste lugar. A escola precisa ter mais autonomia. Não podemos mais aceitar os projetos padronizados. Estes desvalorizam o espaço social que a escola ocupa, desmotiva o aluno e o exclui.

Esse é um dos anseios que tenho enquanto gestor deste educandário, escolhido através de eleição no ano de 2017, pela comunidade escolar com 98% de aprovação. Estou diretor no primeiro mandato, eleito para um mandato de três anos de duração. Então como vinha colocando: Busco com a comunidade escolar novos projetos para que a Escola São Sebastião volte a ser valorizada, não só como instituição que constrói conhecimentos, que possui cultura, mas aquele espaço de múltiplas atividades, um espaço público aberto à comunidade, onde todos sintam a importância desta instituição para a comunidade.

É um espaço que temos de juntar escola e comunidade. Fazemos de tudo, tem espaço para troca de experiências, intercâmbios, oficina, palestras, para a venda de produção orgânica, para mostra de artesanatos dos alunos e do grupo de mães, mostra de trabalhos das crianças, como erva medicinal, apresentações culturais,

feira, confraternização. Hoje conquistamos esse espaço e ele está até no calendário escolar e no projeto político pedagógico da escola (MARTINS, 2012, p.13).

Através de estudos e pesquisas realizadas por outros autores sobre o projeto político pedagógico, muitos destes projetos em escolas do campo, constataram que tanto os professores como os gestores desenvolvem suas atividades sem muito conhecimento e ou identidade com a educação do campo.

De acordo com Marcoccia (2011, p.01) “as observações realizadas nas escolas municipais localizadas no campo paranaense, constataram que os professores e gestores possuem pouco conhecimento preliminar sobre os princípios da educação do campo”.

Além de um conhecimento sobre educação do campo, tem que se identificar com ela e também é preciso que as escolas construam seu projeto político pedagógico de acordo com a realidade que esta está inserida e que tenha seus objetivos contemplados. Conforme pesquisa desenvolvida no estado do Paraná por Marcoccia:

Utilizando as técnicas de entrevista e análise documental, foi possível constatar que, as escolas que não possuem vínculo com os movimentos sociais do campo apresentam um PPP assentado na concepção técnica e burocrática, porém as escolas localizadas nos assentamentos e que estão articuladas com os movimentos sociais do campo, revelam um PPP que envolve o trabalho coletivo desde a sua elaboração, efetivação e avaliação. (MARCOCCIA, 2011, p. 01)

Esta é a realidade percebida em muitas escolas através da reflexão de gestores e comunidade escolar que a maioria dos projetos políticos pedagógicos é voltada à educação urbana tanto na rede estadual como a rede municipal, e com isso não se estabelece um laço de identidade cria-se uma dualidade, vive no campo e estuda com um projeto urbano, ou vive no campo e estuda em escola na zona urbana.

Conforme pesquisa desenvolvida em uma escola no estado de São Paulo:

O Projeto Político Pedagógico é considerado a identidade da escola e por isso precisa ser realizado por aqueles que convivem e conhecem todos os problemas e fraquezas dela, dessa forma, podemos verificar que a proposta da escola mencionada não vai ao encontro das especificidades do sujeito do campo deixando-o aquém de seus direitos de ter uma educação que possibilite sua fixação em seu meio e o vínculo com a terra e cultura camponesa, já que muitos alunos já optam por ir estudar na cidade, pela opção do transporte dado pelos governantes, e/ou por incentivo da própria família. Frequentando assim uma escola com peculiaridades urbanas, transformando a rotina dessas crianças e adolescentes em uma dualidade entre campo e cidade, não o deixando ser nem sujeitos urbanos, nem do campo. (UCHIDA:& LEMES; 2016, p.6).

A pesquisa que aqui propomos vem sendo construída a partir de algumas reflexões estabelecidas na análise da efetividade prática do projeto de escola do campo, considerando as normatizações da legislação e o Projeto Pedagógico da escola. Tais questões tem nos angustiado desde que optamos por trabalhar com a educação do campo e também enquanto gestor da escola pesquisada. Dentre as questões evidenciadas não é só o PPP que não está de acordo com a escola do campo, mas também a política pública (transporte escolar), pois no Projeto Político Pedagógico consta que o transporte escolar atende a legislação vigente.

No entanto o que se percebe na prática no cotidiano da escola pesquisada quem dita às normas de conduta do transporte escolar é o gestor municipal que organiza através de licitação o roteiro do transporte escolar. No município de Crissiumal, existe um acordo entre Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação, onde a Secretaria Estadual de Educação repassa o valor do transporte escolar ao município de Crissiumal e “este” realiza o transporte. O fato é que o roteiro organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Crissiumal acaba beneficiando as famílias que tem filhos matriculados na rede municipal, inclusive, transportando alunos das comunidades do campo para as escolas urbanas.

Então nesse sentido, a lei do transporte escolar não vem sendo cumprida. Pois pela legislação específica do transporte escolar, tem direito ao transporte o aluno que reside há mais de dois quilômetros de distância da escola mais próxima.

Percebemos também através da pesquisa realizada que este “arranjo” acontece também em algumas escolas em determinada região no estado de São Paulo, Conforme pesquisa desenvolvida no estado de São Paulo por Uchida & Lemes:

Em escolas pesquisadas no estado de São Paulo, enfrenta-se o mesmo descaminho, alunos de escolas do campo são transportados para as escolas da cidade, contribuindo para uma dualidade. Muitos pais mandam seus filhos para estudar na cidade, enfrentando horas de ônibus até a cidade, pois tem o pensamento que a escola no campo não seja “boa”, ela afirma que: “Aqui o ensino é bom e atende as necessidades dos alunos, tem tudo que tem na escola da cidade” E enfatiza ainda que os alunos do campo são mais fáceis de lidar, mais obedientes e ressalta que “não tem essa malícia dos alunos da cidade”. (UCHIDA & LEMES, 2016, p.06).

Muitas famílias tem esse olhar, mas muitas vezes não é só pelo desacordo do projeto em relação à escola do campo, mas por influência de alguns governantes que insistem em descumprir a legislação específica do transporte escolar, que diz que o transporte escolar é do campo para o campo. Mas como na maioria das situações tem interesse financeiro em jogo, o

aluno é considerado mercadoria. Acontece então a “briga” por matrículas, pois estas, trarão retorno financeiro através do FUNDEB¹.

A legislação do transporte escolar é bem clara, e de acordo com o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) que foi instituído pela Lei nº 10.880, de nove de junho de 2004, com o objetivo de garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural que utilizam o transporte escolar. Além disso, a Constituição Federal de 1988 e as Leis, de Diretrizes e Bases da Educação também assegura ao aluno da escola pública o direito ao transporte escolar, como forma de facilitar seu acesso à educação.

A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como LDB, também prevê o direito do aluno no uso do transporte escolar, mediante a obrigação de estado e municípios, conforme Art. 208.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Ainda, que os estados incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual.

Além do que refere no artigo 208 da LDB. foi (Incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003). Art. 11. Os municípios incumbir-se-ão de assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal.

A Lei nº 10.709 foi instituída com o escopo de alterar a Lei nº 9.394/96, incluindo nos artigos 10 e 11 os incisos VII e VI para determinar competência aos estados e municípios em garantir o transporte para os alunos de suas respectivas redes de ensino.

Vale destacar que o artigo 3º desta lei possui um dispositivo de suma importância para negociações entre os estados e municípios, de forma a prestar um atendimento de qualidade a todos os alunos que precisam do transporte para ter garantido o seu direito à educação. Art. 3º Cabe aos estados articular-se com os respectivos municípios, para prover o disposto nesta lei da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos.

Então cabe aqui destacar que está bem claro na Lei nº 10.709 através do seu artigo 3º que cabe aos estados em parceria com os municípios atender de melhor forma o interesse dos alunos. Mas, no meu entendimento, que atendam os interesses dos alunos, mas sem descumprir a lei.

¹ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

No Estado do Rio Grande do Sul, foi criado o Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE) Lei nº 12.882 que define regras para o transporte escolar. O que diz o programa:

O Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar (PEATE) transfere recursos financeiros aos municípios que realizam o transporte de alunos da educação básica da Rede Estadual, residentes no meio rural. Para fins de recebimento de recursos financeiros são considerados os alunos da rede pública estadual, residentes no meio rural, com distância mínima de dois quilômetros entre sua residência e a escola pública mais próxima.

Mais uma vez, conforme constatado, a Lei não vem sendo cumprido pelas parcerias entre estado e município, principalmente no município de Crissiumal - RS e na escola pesquisada, pois se fosse realizado de acordo com a lei, deixaria de atender interesses políticos.

Este tema justifica-se pela necessidade de refletir sobre desvalorização que a escola São Sebastião vem enfrentando na comunidade. Entendendo que a escola é o espaço de apropriação de saber, de integração e referência na comunidade. Então, nesse sentido penso que é de fundamental importância pesquisar e entender o motivo real dessa desvalorização, analisando um dos principais instrumentos de potencializar escola e seu papel: o Projeto Político Pedagógico.

Assim nosso problema de pesquisa se define por: Em que medida o Projeto Político Pedagógico que orienta a Gestão Escolar da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião de Crissiumal RS, direciona para os propósitos da Educação do Campo? O objetivo geral desta pesquisa é compreender se o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião, está de acordo com os objetivos da Educação do Campo.

Como objetivos específicos estabeleceram-se os seguintes:

Realizar um estudo sobre Projeto Político Pedagógico e a Educação do Campo buscando aprofundar o tema. Investigar a efetividade da Gestão Escolar em relação ao Projeto Pedagógico. Analisar os dados da pesquisa no estudo do PPP, de modo a diagnosticar parâmetros para a construção de um projeto político pedagógico emancipatório de acordo com a realidade da escola.

1.1 CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA

A escola pesquisada está localizada na localidade de São Sebastião, zona rural do município de Crissiumal. Município localizado na região noroeste do estado do Rio Grande

do Sul. A Escola atende alunos da educação infantil (Pré II) ao 9º ano do Ensino Fundamental e Sala de Atendimento Educacional Especializado. Atualmente conta com 72 alunos, divididos em quatro turmas multiseriadas. Os alunos que frequentam a Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião são na sua maioria do campo.

A escola conta com uma boa infraestrutura. Todas as salas de aula climatizadas, bem como os demais setores da escola. Laboratório de informática com um bom número de computadores conectados a internet, biblioteca com ótimo acervo cultural, porém sem recursos humanos para atender. Sala multimídia com televisão, vídeo, *datashow*, instrumentos musicais (gaita, guitarra, teclado, violões, estalecas, caixas de som), “porém desativados até semana passada” pelo fim do Programa Mais Educação e pelo fechamento de um turno de atendimento na escola. Destaquei no parágrafo acima até semana passada, pois com esforços dispendidos pela atual gestão, foram firmados parcerias com dois professores de música que vem até a escola semanalmente no contra turno trabalhar oficinas de música (mais especificamente: Gaita, violão e teclado) gratuitamente.

Ainda na sua infraestrutura a escola conta com uma quadra de esportes descoberta, que atualmente está sendo totalmente reformada, graças também com a parceria que firmamos com os pais, que estão contribuindo com a mão-de-obra. Amplo pátio, pois a escola dispõe de 40.000 m² em sua área. Horta, que estava também abandonada, recomeçando agora com novos projetos: Plantas medicinais, produção de mudas florestais, cultivo de hortaliças e legumes. Projeto de sustentabilidade com coleta de água da chuva, composteira, estufa, entre outros.

Na atual gestão foram construído o refeitório que antes não existia. Este foi planejado quando da “sobra de um espaço, pois antes, os alunos tomavam o seu lanche no corredor e quando chovia nas salas de aula”. A cozinha também foi reformada e ampliada. Antes funcionava num espaço minúsculo, com móveis inadequados e equipamentos sucateados. Foi reformada e ampliada e climatizada. Também organizamos um espaço exclusivo para a sala dos professores, antes esse espaço era dividido com a biblioteca, sala de vídeo e laboratório de informática. Organizamos também na minha gestão um espaço para a coordenação pedagógica entre outros.

Segundo dados da secretaria da escola, o número de matrículas vem sendo reduzido ano após ano. Fator a ser estudado futuramente, mas estudos iniciais apontam que um dos indícios para essa redução é o êxodo rural devido à implantação de políticas públicas que não motivam a permanência do homem no campo (SEBASTIÃO, 2011, p.21). Outro fator que contribui para a redução de matrículas é o controle de natalidade das famílias. Também tem a

questão da disputa de alunos entre rede municipal e estadual, pois aluno gera renda (SEBASTIÃO, 2011, p.22).

Atualmente a escola funciona somente em um turno, medida adotada pelos governantes atuais, justificada, como medida de economicidade (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2017). Os alunos na sua maioria são filhos de pequenos agricultores. Alguns pais trabalham no comércio, outros na indústria, autônomos, mecânica, e alguns trabalhadores contratados pelos “granjeiros” locais, como trabalhadores rurais assalariados. Os docentes da escola num total de 08, na sua maioria são efetivos, e possuem especialização. Aconteceram no início do ano de 2018, muitas aposentadorias, licenças prêmio e laudos saúde.

1.2 CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Com base no problema e objetivos apresentados organizou-se a metodologia que orientou este estudo, evidenciando a abordagem de pesquisa e as técnicas de coleta e análise dos dados, para a qual optamos pela abordagem qualitativa, na intenção de problematizar e analisar os dados da pesquisa significando-os com base nas opções teóricas.

Entendemos que a abordagem qualitativa se foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais.

Explicita algumas características principais de uma pesquisa qualitativa, considera o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave; possui caráter descritivo; o processo é o foco principal de abordagem e não o resultado ou o produto. A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Assim, buscamos a partir da problemática e dos objetivos refletir o projeto político pedagógico de uma instituição educacional localizada no campo.

Este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento para o pesquisador acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hipóteses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores. Buscamos um estudo detalhado, ressaltando especificidades de nosso objeto de pesquisa, cujos dados serão obtidos a partir da análise do Projeto Político Pedagógico. (GIL, 1999, p. 43).

Buscamos através do estudo de um caso, refletir sobre o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião, localizada em Crissiumal, RS, aprofundando a pesquisa, proposta neste trabalho. Os dados contidos nesta pesquisa foram coletados através do estudo do Projeto Político Pedagógico em mãos e com a reflexão de página a página. Para que pudesse fazer a análise do projeto em mãos, foi solicitado junto ao Conselho Escolar da Escola São Sebastião, a autorização para o estudo do mesmo. Esta pesquisa poderá motivar trabalhos posteriores.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL SÃO SEBASTIÃO, CRISSIUMAL RS

De acordo com a LDBEN 9394/96, “na oferta de Educação Básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (art. 28) (incisos I II e III).

O projeto de lei nº: 8035/2010 referente ao novo Plano Nacional de Educação (PNE) está permeado de propostas que valorizam a escola do campo. Várias estratégias do documento são explícitas nesse sentido, como a que prevê o direito à Educação Infantil para as comunidades rurais. O projeto também propõe estimular a oferta dos anos iniciais do Ensino Fundamental nas próprias comunidades rurais, aprimorar o transporte escolar e garantir a formação de professores e equipamentos- estratégias relacionadas à meta de universalização do Ensino Fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos. O segundo movimento vem com a campanha Fechar Escolas é Crime, na qual intelectuais organizações não governamentais e sindicatos denunciam o ataque à Educação do campo, cobrando intervenção das autoridades para defender os direitos dos camponeses.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo foram instituídas pela Resolução do Conselho Nacional da Educação/Câmara da Educação Básica(CNE/CEB) nº 1 de 3 de abril de 2002 e surgiram como um aporte a mais, para o reconhecimento e valorização das escolas do campo. Porém, a legislação que ampara e ou a que direciona a educação no campo ainda é bastante desconhecida por muitos profissionais que trabalham no meio educacional do campo. A maioria tem dificuldades em se localizar nesses conceitos. Muitos se confundem e alguns tratam por escola do campo. Outros por escola rural. Ou ainda escola localizada no meio rural.

Há que se aprofundar os estudos sobre a educação do campo. Realizar uma retomada histórica, pois no meu entendimento, um professor que queira exercer sua regência de classe em uma escola do campo, precisa necessariamente ter um perfil de educador do campo e ou que conheça as particularidades de uma escola do campo.

Nomenclaturas não diferenciam, não qualificam ou desclassificam a educação. No entanto, é preciso que estejamos aptos a diferenciar a educação oferecida no campo, daquela oferecida na cidade. Não se trata de desmerecer nem desqualificar uma ou outra, mas sim situar.

A educação oferecida no campo na sua maioria tem toda a capacidade de atender o que exige a lei, inclusive com qualidade, profissionais habilitados, com uma boa infraestrutura, que em nada fica devendo a uma escola na cidade. No entanto, faz-se necessário desmistificar o conceito de que a escola que se encontra localizada no meio rural, seja ela do campo ou rural, não é “tão boa” como na cidade. Que o campo é lugar de atraso.

Com a realização da I Conferência Nacional Por uma Educação do Campo, no ano de 1998, sob a iniciativa de diversos segmentos sociais, a expressão campo passa a substituir o termo rural. Entende-se que, em tempos de modernização, com esta expressão “campo”, há uma abrangência maior de sociedades diversas que habitam as regiões do país que não se dizem urbanas. (ROSA & CAETANO, 2008, p.23).

Vivencia-se então, a partir desta data. A realização da I conferência nacional do Campo, no ano de 1998, um novo tempo na educação, nas escolas do campo, na vida daquele povo que habita o campo. A expressão campo passa a substituir o termo rural. Há muito que se comemorar. Pois não aconteceu só a mudança do termo, mas sim a legislação também. Passaram-se anos de escolarização rural, sem avanço de modernização.

A partir deste novo conceito, a diferença entre Escola Rural e Escola do Campo torna-se visível e necessária, pois até esse momento o modelo educacional vigente não as diferia: a educação rural era predominantemente vista como algo que não atendia a uma classe da população que vivia num atraso tecnológico, subordinado a serviço da população dos centros urbanos. (ROSA & CAETANO, 2008, p.23).

A educação do campo passa a ter um novo olhar. O olhar de indiferença antes lançado pelas autoridades, com políticas públicas excludentes, e o olhar da população localizada no meio urbano, passa por outra inclinação, a de consideração inicialmente.

Com a implantação do conceito “Educação do campo”, ocorre uma inclusão e conseqüente valorização das pessoas que habitam o meio rural, oferecendo-lhes oportunidade de participarem, por meio de experiências, de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais, democráticas e solidárias. (ROSA & CAETANO, 2008, p.24)

Ainda referindo-se as propostas educacionais específicas para as comunidades rurais, os mesmos autores entendem que:

Mas não basta criar propostas educacionais que atendam exclusivamente à população do campo, sem que haja a preocupação de prescrever suas características históricas e culturais: é preciso, sim, formular políticas públicas que atendam ao povo do campo de forma diferenciada no âmbito educacional, sem que esse sofra

mudanças comportamentais e precise acompanhar a visão urbana necessária, porém não exclusiva. (ROSA & CAETANO, 2008, p. 24).

Refletindo sobre esse descaso histórico, que tanto o campo tem vivido sem ter o seu valor reconhecido, podemos reforçar acompanhando:

Historicamente, podemos constatar que, até as primeiras décadas do século XX, a educação era privilégio de poucos, principalmente no espaço rural, onde o estado brasileiro não mostrou empenho na implementação de um sistema educacional que viesse ao encontro das necessidades dos sujeitos do campo. O estado, em suas formulações de diretrizes políticas e pedagógicas, nunca deixou regulamentado como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; omitiu-se na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola de qualidade em todos os níveis de ensino, além de não implantar uma política efetiva de formação continuada e de valorização de carreira do professor do campo. Isso mostra que o campo nunca foi um espaço prioritário para a ação planejada e institucionalizada do Estado. (ROSA & CAETANO, 2008, p. 22).

Está-se sinalizando algumas propostas interessantes como o projeto de lei nº: 8035/2010 referente ao novo Plano Nacional de Educação (PNE) que está permeado de propostas que valorizam mais as escolas do campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo foram instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 1 de 3 de abril de 2002, também valorizam o setor. De acordo com a LDBEN 9394/96, “na oferta de Educação Básica para a população rural os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (art. 28) (incisos I II e III art. 28).

O Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul programou políticas em defesa das escolas do campo, bem como o CPERS (Sindicato estadual dos professores e funcionários de escola do Rio Grande do Sul) estão em alerta e se preocupam com as escolas do campo. (ROSA, 2002, p.22) ressalta que “as diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo foram instituídas pela Resolução CNE/CEB nº.1, de 3 de abril de 2002”. Segundo Rosa & Caetano (2008, p.22):

A implementação dessas diretrizes foi uma reivindicação histórica dos movimentos sociais do campo, e suas orientações referem-se às responsabilidades dos sistemas de ensino com o atendimento escolar sob a ótica do direito; implica respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva de inclusão. As diretrizes resultam da luta pela educação de qualidade social para todos os povos que vivem no e do campo, com identidades diversas, tais como pequenos agricultores, sem terra, povos da floresta, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e assalariados rurais. . (ROSA & CAETANO, 2008, p. 22).

Imprescindível então, diante da implementação de algumas políticas públicas que reconhecem, “valorizam” a identidade do povo do campo, e que este tem a sua singularidade, é preciso então, que as escolas do campo tenham a oportunidade e a liberdade de construção de um projeto político pedagógico que contemple a realidade do local no campo e do campo. O projeto político é o retrato da escola, um documento norteador.

Diante das novas maneiras de se educar, a cultura destaca-se nesse processo e desenvolve, por meio da educação do campo, valores pedagógicos, os quais são construídos a partir da própria cultura do sujeito. Essa construção visa à elaboração de Projetos Político-Pedagógicos nas escolas do campo que valorizam a realidade social, articulando trabalho, saúde e desenvolvimento, os quais devem estar inseridos nos programas curriculares a fim de que a escola do campo possa realmente cumprir um papel diferenciado da antiga visão sobre esse segmento. . (ROSA & CAETANO, 2008, p. 25).

Antes de adentrar no universo da importância do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião e da especificidade deste focando na identidade do local é preciso conceituá-lo.

2.1 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO E GESTÃO ESCOLAR: QUESTÕES DECISIVAS PARA A ESCOLA E A EDUCAÇÃO

Sobre o Projeto Político Pedagógico e a gestão escolar Ferreira (1975, p.1144) afirma “no sentido etimológico esta é uma palavra oriunda do termo em latim *projectu*, participio passado do verbo *projicere* que significa “algo lançado à frente”. Plano, intento, desígnio. Empresa, empreendimento”.

Por esse motivo, projeto pode ser uma redação provisória de uma medida qualquer que vai ser realizada no futuro. Portanto, a construção de um projeto político pedagógico na escola significa a busca de mudanças e melhoria no processo de ensino e aprendizagem. É um documento elaborado por todos os membros da comunidade escolar, sejam eles professores, gestores e comunidade local, com o propósito de organizar todo o trabalho da escola, tais como atividades administrativas, pedagógicas e didáticas. Segundo Vasconcelos:

O projeto político-pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (VASCONCELOS, 2004, p. 169).

Nessa construção do projeto, que é um instrumento que serve para definir, integrar toda a comunidade escolar, que realizará um planejamento coletivo, pois assim será um fazer pedagógico democrático adequando às ações e intervenções da realidade da escola. E este instrumento nunca será definitivo, precisará ser constantemente reavaliado e construído e poderá assim realizar as mudanças na escola que tanto almejamos.

O projeto político-pedagógico da escola pública, eixo ordenador e integrador do pensar e do fazer do trabalho educativo. Se concebido adequadamente, revela quem é a comunidade escolar, quais são seus desafios com relação à boa formação, à conquista da autonomia e da gestão democrática, capaz esta de organizar, executar e avaliar o trabalho educativo de todos os sujeitos da escola. Eis o nosso desafio, recolocar o projeto político-pedagógico no centro de nossas discussões e práticas, concebendo-o como instrumento singular para a construção da gestão democrática. (SILVA, 2003, p.298)

Singular, democrático e coletivo. Essas qualidades devem estar contempladas no teor do Projeto Político Pedagógico. Também é preciso torná-lo acessível a toda a comunidade escolar, onde todos tenham a oportunidade de construí-lo na coletividade, respeitando a opinião de todos os segmentos da escola, valorizando a cultura local, transformando na reciprocidade os sujeitos.

O PPP pode atribuir competências e habilidades a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, respeitando-se os limites de seus processos de desenvolvimento, a diversidade e a singularidade de suas possibilidades; Construir autonomia, espírito de cooperação, reciprocidade; Produzir conhecimentos e criar relações positivas e democráticas entre todos os segmentos envolvidos; Favorecer a transformação grupal através do respeito mútuo, do diálogo, da participação e engajamento; Garantir o acesso e permanência com sucesso a todos. (VASCONCELOS, 2000, p. 169)

O Projeto Político pedagógico então é o orientador de um fazer pedagógico maior. É o livro dos sonhos que pode mudar a cada noite de sono que a comunidade escolar acalenta. É um livro de cabeceira que necessariamente precisa estar ao alcance de todos os segmentos da escola. Mas não é um livro pronto acabado. Ele precisa ser constantemente lido, paginado, repaginado. Nunca esquecido, empoeirado em uma gaveta ou prateleira de uma escola. Mas sim, que tenha os seus sonhos alcançados, projetados e colocados em prática.

Nesse fazer pedagógico maior do PPP, pensamos então entendimento coletivo, na especificidade da comunidade, na singularidade do sujeito que ali formamos, na família que acolhemos, no profissional com quem trabalhamos, na filosofia que queremos para a nossa escola, enfim o que queremos e propomos para o presente e o futuro para a escola e a

comunidade escolar. Tudo isso reflete no projeto que construímos. E para essa construção avançar, precisamos de uma gestão escolar democrática.

Pensamos então, que precisamos dialogar sobre a gestão escolar. Se quisermos que esta seja dialógica, democrática, participativa e respeitosa, precisamos então produzir conhecimentos através do diálogo, com relações democráticas com toda a comunidade escolar. Esse necessariamente precisa ser o papel da gestão escolar. Pois assim estará oportunizando uma participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos no processo de uma gestão escolar democrática.

A gestão escolar, como área de atuação, constitui-se, pois, em um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadoras da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos. (LÜCK, 2009, p.23).

Transformar a realidade sociocultural e econômica da comunidade escolar local, promovendo relações de diálogo, participação nas decisões, aceitando sugestões, planejando coletivamente as ações educacionais. Ações essas que possam trazer benefícios à comunidade onde a escola está inserida, principalmente a comunidade escolar para que os conhecimentos ali produzidos possam enriquecer a cultura da produção dos sujeitos envolvidos. Do mesmo modo Lück afirma que:

Em caráter abrangente, a gestão escolar engloba, de forma associada, o trabalho da direção escolar, da supervisão, coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria da escola, considerados participantes da equipe gestora da escola. Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo, de modo a contribuírem para a efetivação da gestão democrática que garante qualidade para todos os alunos. (LÜCK, 2009, p.23).

O gestor escolar é o mediador de todo o desenvolvimento das ações da escola. O relacionamento estabelecido com a comunidade escolar vai refletir no sucesso ou no fracasso das perspectivas que escola planejar e almejar.

Pois a gestão escolar constitui uma das áreas de atuação profissional na educação destinada a realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação, a coordenação, o monitoramento e a avaliação dos processos necessários

à efetividade das ações educacionais orientadas para a promoção da aprendizagem e formação dos alunos. (LÜCK, 2009, p.23).

A gestão escolar democrática é aquela que valoriza a participação e intermedia as diferentes opiniões para que todos sejam ouvidos de uma maneira em que o diálogo se estabeleça independente do tipo de ação e ou decisão que será tomada. Família, alunos, gestores, funcionários, professores e a comunidade ao redor da escola precisam ter um ou mais representantes no momento de planejar as ações que são necessárias para que a instituição funcione de maneira eficiente. Uma gestão compartilhada entre todos os envolvidos torna a escola um espaço participativo e mais atraente, principalmente para os estudantes. Nesse sentido Lück entende que à gestão escolar:

Compete, pois, à gestão escolar estabelecer o direcionamento e a mobilização capazes de sustentar e dinamizar a cultura das escolas, para realizar ações conjuntas, associadas e articuladas, sem as quais todos os esforços e gastos são despendidos sem muito resultado, o que, no entanto, tem acontecido na educação brasileira, uma vez que se tem adotado, até recentemente, a prática de buscar soluções tópicas, localizadas, quando, de fato, os problemas são globais e inter-relacionados. A gestão escolar constitui uma dimensão importantíssima da educação, uma vez que, por meio dela, se observa a escola e os problemas educacionais globalmente e se busca, pela visão estratégica e as ações interligadas abrangerem, tal como uma rede, os problemas que, de fato, funcionam e se mantêm em rede. (LÜCK, 2009, p.24).

A Gestão escolar é que vai direcionar as ações que serão planejadas e desenvolvidas na escola. O sucesso e ou o fracasso destas vai depender da atitude que o gestor tomar na medida em que conduz ou encaminha as atividades propostas.

2.2 O PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA DE SÃO SEBASTIÃO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, CONSTRUÍDO NO ANO DE 2011.

Enfatizando aspectos discutidos no texto, trazemos a análise documental do projeto político pedagógico da Escola São Sebastião localizada no campo no Estado do Rio Grande do Sul, no qual é possível constatar que foi emitido parecer favorável à aprovação do mesmo, no qual se afirma que o PPP atende a legislação vigente.

Na introdução do documento afirma-se que esse retrata a identidade da escola e a participação de todos, porém ao ler o documento constata-se que nem todos os artigos da LDB sobre as particularidades do trabalho com o público residente em área rural foram mencionados. Tampouco estes aparecem nas referências, nem autores que discutem a

temática. Constatamos então após o estudo que a escola trabalha com um Projeto Político Pedagógico padronizado, e como estão no momento de reconstrução do Projeto, pode ser o pontapé inicial para a transformação e valorização desse espaço.

Cabe aqui mencionar que embora esta escola esteja localizada no campo, e o projeto refere-se como sendo escola do campo, em nada lembra a especificidade do local, pois possui um projeto de escola urbana, embora cite e conceitua-se como tal, faz somente referência em um parágrafo a Resolução 01/2002, do CNE/CEB, Diretrizes Operacionais.

Conforme verificado, o projeto atual foi construído no ano de 2011, através de um modelo/padrão emitido pela Coordenadoria Regional de Educação, servindo de base, mas que no documento anexo, cita que a escola possuía autonomia para que as escolas produzissem o projeto sem fugir dos critérios pré-estabelecidos. No ano passado foi novamente solicitado que o projeto político pedagógico fosse reconstruído, mas acabou não acontecendo, pois se concentrou esforços na reconstrução do Regimento e dos Planos de Estudos.

Observa-se que na proposta da escola se fala em reavaliação constante, mas, no entanto, não aconteceu, pois o projeto está estruturado por ciclos de formação e a escola está organizada de forma seriada. Ou seja, a proposta de mudanças que possam beneficiar os alunos, para que estes se reconheçam como sujeitos do campo dentro da escola no campo, identificando-se com as lidas da terra, ainda não aconteceram.

Apresenta seu quadro de recursos humanos desatualizado. Muitos professores e funcionários aposentaram-se, outros estão em vias de aposentadoria estando licenciados. Constatado também no projeto que a avaliação ocorre por ciclos de desenvolvimento, mas atualmente a avaliação é periódica e a expressão de resultados se dá por conceitos e por área de conhecimento, trimestralmente.

Referente ao Currículo, o projeto cita o artigo 28 da Lei 9394/96 (LDB) sobre conteúdos e metodologias apropriadas aos reais interesses dos alunos da zona rural, porém os conteúdos seguem os mesmos padrões das escolas urbanas. Inclusive na atual matriz curricular em vigor na escola, foi retirada a disciplina técnicas agrícolas e com o fechamento de um turno na escola, a oficina de agroecologia também acabou.

A questão da gestão escolar cita conceitos bem atuais para gestão. Por exemplo: Gestão escolar é gerir democraticamente desenvolvendo estratégias no cotidiano com a finalidade de formar cidadãos conscientes, apreensão de competências, habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social. No entanto, referem-se a diretor escolar e seu papel enquanto administrador.

No item sobre a filosofia da escola, esta tem a finalidade de desenvolver uma educação de qualidade que favoreça a garantia de igualdade de direitos, a justiça social e a solidariedade entre os sujeitos da comunidade, bem como estimular e promover debates sobre as estratégias e maneiras de se utilizar os recursos naturais da comunidade de forma sustentável e conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas das pessoas da comunidade (SEBASTIÃO, 2011, p.08).

Ao planejar e construir o Projeto Político Pedagógico, devemos levar em conta a capacidade de execução desse projeto. Temos que tomar cuidado de projetar somente aquilo que podemos concretizar. Caso contrário vira utopia.

No item sobre as características e expectativas da população, observamos que: as profissões desempenhadas na comunidade são na sua maioria de pequenos agricultores, outros trabalhadores do comércio, alguns da indústria. (SEBASTIÃO, 2011, p.12).

A clientela é diversificada com situação econômica de baixa renda.

É citado também o transporte escolar no projeto e esse é um dos entraves para a escola São Sebastião, pois é realizado pelo município conforme convenio firmado entre 21ª Coordenadoria Regional de Educação e Secretaria Municipal de Educação, e “este” acaba se tornando uma pedra no sapato, para as escolas estadualizadas, visto que, sempre favorecerá as escolas municipais e não cumprirão a lei. Os pais dependem na sua maioria do transporte escolar para reuniões e eventos, ou seja, quando se programa algo, ou deixa-se, os alunos em casa os pais ocupam o transporte, pois os dois segmentos juntos não comportam no ônibus. Ainda, os veículos do transporte escolar transportam a população em si, no mesmo horário e no mesmo veículo.

Este estudo apresentou reflexões sobre o PPP da escola de Ensino Fundamental São Sebastião, que foi elaborado em 2011. Após a análise do mesmo, constatamos que a organização de todo o documento está fora de contexto, uma vez que está estruturado por ciclos de formação e a escola trabalha de forma seriada.

Como o Projeto é o documento orientador das ações da escola, não vislumbramos no projeto da escola em questão a proposta que direcionará os projetos que a comunidade almeja.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, por tudo o que refletimos ao longo desse projeto, nos propicia a dizer que a escola localizada no campo necessita elaborar um projeto político-pedagógico com uma identidade própria, ligada a realidade local, a perspectivas e buscas da educação escolar do campo, mas conectada ao global.

É fundamental também que a comunidade escolar tenha bem definido as ações e os caminhos que necessitam percorrer. Nesse sentido, então construir um projeto político pedagógico como um processo que poderá emancipar ou regular a oferta de ensino é uma tarefa específica da escola, da comunidade em geral e dos movimentos sociais, visto que estes têm sido os sujeitos coletivos que mais interrogaram as políticas governamentais ao longo do século XX.

Necessário então, frisar que embora esta escola tenha sido criada para atender aos alunos do campo, não possui Projeto político Pedagógico diferenciado voltado a atender as especificidades de uma educação consciente para o homem do campo, sendo o mesmo de uma escola urbana.

Então, enquanto persistir uma política pública que visa o aluno como mercadoria, que prioriza os arranjos políticos, usando a educação como negociata, jamais vão ter educação, escolas e profissionais no patamar merecido. O patamar da valorização, do respeito e do diálogo com a comunidade escolar.

A escola do campo precisa de mais respeito, mais valorização. A educação do campo precisa que a sua identidade esteja contemplada no Projeto Político Pedagógico.

O resultado obtido nesta pesquisa nos propicia a dizer que o Projeto Político Pedagógico é o documento orientador das ações que a escola planeja e desenvolve. E este documento tão fundamental precisa contemplar em seu currículo a especificidade daquele local, valorizando a cultura e o conhecimento ali produzido.

O aluno precisa se reconhecer neste espaço. Gostar e identificar-se com a escola. E a escola com as lidas da terra. No momento que os sujeitos (escola e alunos) tem essa identificação com a escola, sentirão que são valorizados pela escola. E nessa identificação, serão parceiros escola x família. Formarão a partir desta parceria uma comunidade unida, e de tudo farão para que a escola seja valorizada e forte. Sendo forte permanecerá aberta, apoiada pela legislação, pelos seus direitos tendo o poder de decidir qual mantenedora é a mais apropriada para este espaço.

Estando a escola do campo identificada com a comunidade onde está inserida, o Projeto Político Pedagógico construído coletivamente, gestão escolar democrática, currículo emancipatório, projetos atualizados e inovadores, professores e funcionários valorizados, alunos motivados e infraestrutura adequada são elementos necessários para o sucesso do processo ensino aprendizagem.

Podemos dizer o resultado obtido nesta pesquisa, nos credencia a contribuir com o contexto, enfatizando que quanto mais democrática for a gestão escolar, quanto mais o Projeto Político Pedagógico da Escola do Campo estiver atualizado e identificado com o povo da comunidade, maiores serão as chances de desenvolvimento de projetos condizentes aos anseios das famílias da comunidade.

O tema da pesquisa foi pertinente porque oportunizou uma reflexão significativa e interessante para o meu desempenho enquanto gestor escolar. Pesquisar o motivo da desvalorização da escola por algumas famílias e por alguns membros da comunidade local fez com que eu percebesse através do estudo do Projeto Político Pedagógico, que este se encontra desatualizado e desarticulado com os propósitos da Escola do Campo.

Logo, diante deste conjunto, esta pesquisa desafia a construção do Projeto Político Pedagógico ainda neste ano, com novas perspectivas, concentrando esforços nas demandas que a comunidade escolar necessita, planejando seus objetivos de forma coletiva e articulada com as aspirações da comunidade.

Faz-se necessário que esta construção do novo Projeto Político Pedagógico tenha referenciais de autores que pesquisam e estudam a educação no campo. A Escola no Campo precisa de um olhar mais atento. O povo que vive nestas comunidades precisa mais atenção, respeito e valorização das suas diversidades.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, M. W. GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis. Ed.4. Editora. Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Edições Câmara, 2010.

BRASIL. **Lei nº: 10.880 de 20 de dezembro de 2002**. Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE). Brasília. Edições Câmara, 2010. Disponível em: <www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/.../131-transporte-escolar...transporte-escolar> Acesso: 07 de maio de 2018

CALDART. R.S. Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo. In: MOLINA M.C.J. S, M. **Por uma Educação do Campo, Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo**. Petrópolis. Editora: Vozes, 2004.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1998> Acesso: 15 de maio de 2018.

FERREIRA. A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro. Editora. Nova Fronteira, 2015.

FONTOURA, da S. M. **A Escola do campo enquanto lugar de valorização do sujeito da terra**. Dissertação de Mestrado. Ufsm. Santa Maria.RS Eixo 4: 2014

FIORIN. B. A. P.. **O curso de especialização em gestão educacional e o trabalho dos professores influências e possibilidades**. Monografia (Especialização em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Agudo, 2013.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo: v.35, n.2, p. 57-63, abr. 1995.

LÜCK, H.. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positiva, 2009.

MACHADO, M. N. M. Uma metodologia para a pesquisa do domínio social e histórico. **Universidade Federal de Minas Gerais**. 2005. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a09/machado01>>.

MACHADO, M. N. M. **Entrevista de pesquisa: a interação entrevistador/entrevistado**. Tese de Doutorado. Universidade de Belo Horizonte: 1991.

MARCOCCIA, P. C. P. POLON. S. A. M. **Reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico das Escolas Localizadas no Campo no Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

MARTINS, F. J. Gestão Democrática e Educação do Campo. **RBPA**. Vol.28, n.1.p.112-128, jan/abr, 2012.

MINAYO, M.C. de S. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22 ed. Rio de Janeiro: Saraiva 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Diretrizes Operacionais para a educação básica nas escolas do campo. **Resolução CNE/CEB nº1-03/04/2002**, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com.docm&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&lemid=30192>> Acesso: 10 maio 2018.

PASTORIO, E. **Nucleação das Escolas do Campo. O Caso do Município de São Gabriel**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS.2015.

PEATE. **Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar**. Lei nº: [12.882](#). Disponível em: <www.seduc.rs.gov.br> Acesso: 20 de abril 2018.

Pesquisa qualitativa. Conceito. Definição. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/pqualitativa/><https://www.significados.com.br/pesquisa-qualitativa/>> Acesso: 10 de abril de 2018.

Projeto. Conceitos e significado. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/projeto/>>. Acesso: 11 de maio de 2018.

ROSA D. de S..Da educação rural à educação do campo. Uma trajetória. Seus desafios e suas perspectivas. **Faccat**. Vol.6. N° (1-2)2008.

SANTOS CARLOS.A **Pesquisa Exploratória. Metodologia Científica**. Disponível em:<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/pesquisaqualitativaexploratoria-fenomenologiaconceitosbasicos/14316/Fb_comment_id=556452474473035_130228905322270_3#f3a8adbeed61b8> 2009. Acesso em 30 de março de 2018.

SÃO SEBASTIÃO, Escola Estadual de Ensino Fundamental. **Projeto Político Pedagógico: Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião**. Crissiumal, RS, 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Proposta Pedagógica: 2010-2013**. Escola Estadual de Ensino Fundamental. São Sebastião, Crissiumal, RS.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. Disponível em<[https://www.seduc.rs.gov.br/Secretaria do estado do Rio Grande do Sul](https://www.seduc.rs.gov.br/Secretaria%20do%20estado%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul)>. Acesso:12 de maio de 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis: LED/UFSC, 2000.

SILVA, S. A. **Lugar, Território e Paisagem no ensino da Geografia**. Fortaleza. Premius, 2003. Universidade Federal da Paraíba. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>
<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/pesquisa-qualitativa-exploratoria-e-fenomenologica-alguns-conceitos-basicos/14316>>. Acesso em 31 de março de 2018.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2004.

VASCONCELLOS, C. S.. **Projeto político-pedagógico: educação. Superior**. Campinas: Papirus, 2004.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. São Paulo: Libertad. 2000.

WIZNIEWKY, C. R. F. A contribuição da Geografia na construção da Educação do Campo. In: MATOS, Kelma & WIZNIEWKY, Carmen Rejane Flores. Et. al.(org.) **Experiências e Diálogos em Educação do Campo**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

WIZNIEWKY, C. R F. **Desafios na Formação de Sujeitos do Campo**. Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

